

Migração E Desigualdade Regional Em Sergipe¹

Migration and regional inequality in Sergipe

Kleber Fernandes de Oliveira²

Resumo: Os indicadores sociais no Nordeste mostram que mesmo com a persistente desigualdade social, houve redução significativa da pobreza, melhoria na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Esses elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração. O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica migratória sergipana, principalmente os fluxos direcionados à Região da Grande Aracaju (RGA), à luz de alguns elementos próximos ou influentes na migração. De forma mais específica, trata a migração interna em Sergipe tendo como cenários os avanços e os problemas regionais assentes no processo de desenvolvimento sergipano das últimas três décadas. Ao analisar comparativamente a ocupação e a renda do trabalho segundo status migratório e escolaridade, mostra que esses diferenciais em favor da RGA continuam sendo os principais atrativos dos migrantes originados do interior sergipano.

Palavras-Chave: Migração; Economia Regional; Renda.

Abstract: Social indicators in the Northeast show that even with the persistent social inequality, there was significant poverty reduction and improved in education and labor market. Point out that behind this results are public employ, income of social programs, pensions and retirements. This elements, as it softened the pervert effects of the poor economic structure and usuitable way of sharing the means of production also influence the migration. The aim of this paper is to analyze the migration in Sergipe, mainly flows directed to Aracaju Great Region (ARG|), considering some influential elements of the migration. More specifically, analyses the internal migration in Sergipe considering advances and problems presents on the development process in the last three decades. The comparative analyses about occupation and income job, according migration status and education, show that this differences in favor in ARG are still the main attractive for the migrants from interior.

Key-Words: Migration; Regional Economic; Income.

Introdução

A trajetória recente do desenvolvimento econômico regional brasileiro, a ampliação de programas de transferência de renda e o aumento na cobertura da previdência social são elementos centrais no estudo da dinâmica migratória das duas últimas décadas.

Os indicadores sociais no Nordeste mostram que mesmo com a persistente desigualdade social, houve redução significativa da pobreza, melhoria na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Esses elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica migratória sergipana, principalmente os fluxos direcionados à Região da Grande Aracaju (RGA), à luz de

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal de Sergipe; E-mail: Kleber.ufs@hotmail.com

alguns elementos próximos ou influentes na migração. De forma mais específica, trata a migração interna em Sergipe tendo como cenários os avanços e os problemas regionais assentes no processo de desenvolvimento sergipano das últimas três décadas.

Compõem o texto duas partes, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, mostra que a dinâmica migratória intra-regional apresenta certa intensificação, enquanto que entre as grandes regiões houve diminuição dos fluxos. Com base nos quesitos de migração em data fixa, das PNAD de 1999, 2004 e 2009, mostra que a dinâmica migratória intra-regional aumentou em quase todos os estados. Para Sergipe, com base nos Censos de 1980, 1991 e 2000, analisa a influência da RGA na migração originada do interior do estado.

No segundo tópico, ambienta a migração considerando alguns elementos próximos ou condicionantes regionais. Dada a importância do setor primário para a economia sergipana, mostra que o caráter fragmentado da posse da terra, o cultivo de pastagens em detrimento da lavoura, o atraso tecnológico e o abandono técnico inviabilizam qualquer tentativa de desenvolvimento local. Por outro lado, menciona a importância do setor terciário e do emprego público na economia municipal e suas possíveis influências na retenção migratória. Por fim, analisa comparativamente a ocupação e a renda do trabalho segundo status migratório e escolaridade para mostrar que esses diferenciais em favor da RGA continuam sendo os principais atrativos dos migrantes originados do interior sergipano.

2 Dinâmica migratória em Sergipe e o contexto regional

O recente processo de crescimento econômico regional, os avanços e a ampliação do alcance de políticas públicas de assistência e de seguridade social são elementos fundamentais nas análises sobre a dinâmica migratória nordestina.

Se até os anos 1980 caracterizavam tal dinâmica os fluxos destinados ao eixo Rio-São Paulo e às áreas de fronteira agrícola do Mato Grosso, Goiás e Maranhão (BAENINGER, 2005; BRITO et al, 2004; CUNHA, 2006; MARTINE, 1989), a partir dos anos 1990 surgem direções, sentidos e até modalidades migratórias refletindo novos processos como a reestruturação das grandes cidades e formas de enfrentamento de contingências vividas nos grandes centros urbanos (CUNHA, 2003; CUNHA; BAENINGER, 2005; HAKKERT; MARTINE, 2007).

Na construção de um possível quadro explicativo da dinâmica migratória nordestina da última década, certos elementos de natureza político-institucional como as políticas sociais de transferência de renda, as aposentadorias, a terciarização e os empregos públicos assumem importância central dada sua influência no mercado de trabalho.

Seguindo a tendência do país³, os indicadores para o Nordeste mostram redução na pobreza como insuficiência de renda, nas últimas duas décadas⁴. De um lado, políticas voltadas à estabilização monetária e controle inflacionário beneficiaram principalmente a população dos estratos inferiores, cuja maior parte da renda era dedicada ao consumo básico. Ressalte-se também o efeito positivo sobre o

³ Ver Herrán (2005), IPEA (2006), Hoffmann (2000)

⁴ De acordo com Rocha (2003a) o índice de pobreza caiu de 64% para 51%, enquanto que o hiato da renda (desigualdade entre os pobres) passou de 23% para 15%, entre 1992 e 1999.

nível de renda dos trabalhadores decorrente do aumento de 42% do salário mínimo, na década de noventa, favorecendo principalmente aqueles de menor renda (ROCHA, 2003a, 2003b).

Nos anos 2000, além dos fatores acima, cabe mencionar que parte substantiva da melhoria das condições de vida no Nordeste esteve também relacionada com o mercado de trabalho e políticas de proteção e seguridade social.

O mercado de trabalho brasileiro pós-2000 também apresenta avanços quanto comparado com o dos anos 1980 e 1990. A crise de desregulação/desestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pela expansão do trabalho informal, terciarização, estagnação de rendimentos com aumento do desemprego, imobilização da estrutura distributiva (CARDOSO Jr, 2001) é sucedida por um processo de recomposição resultante da redução do desemprego aberto, como também de melhoria das relações de trabalho⁵. Pochmann (2008) estima que o emprego formal no Nordeste tenha crescido 262% quando se compara o período entre janeiro de 2003 e junho de 2005 com os mesmos meses de 1999 e 2001, respectivamente. Ainda assim, as regiões Sul e Sudeste responderam por 78,4% dos empregos formais gerados em todo o país, entre janeiro de 1999 e junho de 2005.

Outra vertente desse processo é o aumento da importância do setor público na geração de emprego formal, como também nas políticas de transferência de renda e previdenciária. De acordo com Costanzi (2004), entre 1985 a 2002 o emprego estatutário respondeu por quase 47% do total de empregos formais gerados. Ainda segundo o autor, naquele último ano havia no país 6,4 milhões de trabalhadores estatutários, representando mais de 22% do total de ocupados formais. Vale destacar que, na década de 90, o crescimento do emprego público no Brasil se deu exclusivamente na esfera municipal. Ao contrário do serviço público estadual e federal, que juntos perderam 208 mil trabalhadores, os municípios absorveram mais 630 mil pessoas, entre 1992 e 1999 (CARVALHO FILHO, 2002) ⁶.

Os efeitos das rendas de transferências, notadamente as pensões e aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família, completam o quadro de avanços sócio-econômicos vividos nas últimas décadas. Entre 2001 e 2004, o volume de recursos alocados nestas três fontes de renda passou de R\$ 140 bilhões para R\$ 150 bilhões, valores responsáveis pela redução de 1/3 na desigualdade de renda no país (IPEA, 2006)

A escolaridade do brasileiro também avançou significativamente no transcurso das últimas décadas. Entre 1980 e 2009, a taxa de analfabetismo diminuiu de 25,5% para 9,7% (CASTRO, 2000; IBGE, 2010) ⁷. A melhoria na educação, com o

⁵ De acordo com Pochmann (2008), no Brasil, entre 1999 e 2004, a proporção da PEA ocupada passou de 89,9% para 90,7%. O assalariamento aumentou de 55,4% para 59,5% e a proporção de trabalhadores assalariados com carteira assinada cresceu de 33,8% para 36,8%, no período.

⁶ O processo de descentralização fiscal, impulsionado pela Constituição Federal de 1988, conferiu ampla autonomia financeira aos governos sub-nacionais para coletar, gerir e gastar recursos. A partir de tais mudanças, Estados e Municípios não apenas aumentaram também suas participações na arrecadação total, como também puderam focalizar seus gastos na área social. Prova disto é que entre 1988 e 1991, a despesa com educação e cultura na União caiu de US\$ 8,1 para US\$ 3,9 bilhões; nos Estados, permaneceu em US\$ 7,6 bilhões e nos municípios passou de US\$ 3,2 para US\$ 4,7 bilhões. Na área da saúde, a despesa federal era, em 1991, menor em um terço daquela realizada em 1989; enquanto nos municípios cresceram 70%. Da mesma forma, os programas sociais de habitação e urbanismo apresentaram uma forte expansão nas despesas estaduais e municipais quando comparadas com as federais. A União, por sua vez, concentrou os gastos nas transferências assistenciais (INSS) e encargos da dívida interna e externa (AFONSO, 1994).

⁷ Em que pesem as desigualdades regionais persistentes e a longa distância qualitativa a ser percorrida, Castro (2000) aponta que entre 1980 e 1996 a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou

conseqüente aprimoramento da força de trabalho são apontadas como responsáveis por 1/3 na queda da desigualdade da renda entre famílias e na redução de 15% da desigualdade na renda familiar per capita. (IPEA, 2006).

Os indicadores sociais do Nordeste, em síntese, mostram que mesmo com a persistente desigualdade social, houve também redução significativa da pobreza como insuficiência de renda, melhoria na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados positivos estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Tais elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração.

O argumento parece consonante com a dinâmica migratória nordestina do período 1994-1999 e 1999-2004. De acordo com a tabela 1, a região recebeu 655 mil imigrantes inter-regionais, aumentando para 848mil no quinquênio seguinte, enquanto que a emigração diminuiu de quase 1,1 milhões para 934 mil, respectivamente. Como resultado, o saldo migratório negativo diminuiu de 441 mil para 86,5 mil pessoas. No entanto, a dinâmica migratória do quinquênio seguinte resulta no aumento da perda migratória, passando a quase 188 mil pessoas, refletindo principalmente a redução no volume de imigrantes, que somaram 541 mil pessoas, enquanto que os emigrantes foram 729 mil.

Tabela 1 - Volumes de emigrantes, Imigrantes e saldo migratório por regiões brasileiras, em data-fixa, em 1995-99, 201999-2004 e 2005-2009

Região	Interregional 1994-1999			Interregional 1999-2004			Interregional 2004-2009		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Norte	224.591	237.829	-13.238	330.660	266.919	63.741	184.634	219.793	-35.159
Nordeste	655.113	1.096.310	-441.197	848.002	934.589	-86.587	541.733	729.602	-187.869
Sudeste	1.221.665	847.510	374.155	844.605	1.059.913	-215.308	656.386	668.801	-12.415
Sul	291.589	280.550	11.039	305.063	270.477	34.586	252.947	154.094	98.853
Centro-Oeste	478.202	408.961	69.241	534.879	331.311	203.568	418.143	281.553	136.590
Total	2.871.160	2.871.160		2.863.209	2.863.209		2.053.843	2.053.843	

Fonte: PNAD 1999, 2004 e 2009

Os fluxos inter-regionais, pelo que se pode observar acima, apresentaram tendência de arrefecimento, principalmente entre 2004 e 2009, possivelmente pela atenuação daqueles fatores que historicamente incentivaram migração, tais como mercado de trabalho, renda e educação. No entanto, para explicar o comportamento da migração intra-regional faz necessário retomar alguns temas centrais da realidade nordestina e sergipana, o que será feito a partir do tópico 1.1.

Observe-se antes, na tabela 2, que considerando os períodos entre 1995-1999 e 2004-2009 houve o aumento na dinâmica migratória em quase todas as regiões brasileiras, exceto no Sul. No Nordeste, excetuando-se os estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas, é de notar a intensificação da migração intra-estadual.

De forma mais objetiva, os avanços acima tratados parecem ter incentivado a dinâmica intra-regional e intra-estadual, ao mesmo tempo em que desencoraja a migração para outras regiões. Desta forma, pode-se argumentar que a migração Nordeste-Sudeste parece não se constituir na principal estratégia de busca por

mais de idade caiu de 25,5% para 14,7%. Tal tendência é verificada na década seguinte, tendo a taxa de analfabetismo alcançado, em 2009, 9,7% (IBGE, 2010).

melhores condições de vida. De um lado, os problemas no mercado de trabalho, habitação, custo de vida e violência tornam menos atrativas aquelas áreas historicamente destinatárias de migrantes nordestinos (Pacheco & Patarra, 2000).

No Nordeste, por sua vez, o recente dinamismo econômico concentrado nas Capitais e nas Regiões Metropolitanas, especialmente relacionadas com setores da construção civil, transporte parece atrair os fluxos que em outra situação migraria para outras regiões, principalmente o Centro-Sul brasileiro. No interior, a influência positiva das rendas originadas dos programas sociais e aposentadorias, por serem direcionadas a estratos específicos da população, acabam influenciando na migração daqueles cuja idade está entre 20 e 45 anos.

O tópico a seguir trata da dinâmica migratória interna em Sergipe.

Tabela 2 - Migração interna por região e estado nordestino, 1995-1999, 1999-2004 e 2005-2009

Região	1995-99	1999-2004	2004-2009
Norte	605.088	1.168.156	1.081.240
Sudeste	4.380.698	4.541.185	4.499.160
Sul	2.484.474	2.465.034	2.245.111
Centro-Oeste	1.051.720	1.071.780	1.051.497
Nordeste	3.067.402	3.341.008	3.075.080
<i>Maranhão</i>	406.133	459.875	434.376
<i>Piauí</i>	170.625	170.319	199.273
<i>Ceará</i>	438.535	473.976	487.463
<i>R. G. do Norte</i>	168.964	241.070	259.813
<i>Paraíba</i>	294.331	225.577	168.144
<i>Pernambuco</i>	544.395	638.084	431.731
<i>Alagoas</i>	157.468	148.123	132.877
<i>Sergipe</i>	111.592	112.439	117.969
<i>Bahia</i>	775.359	871.545	843.434

Fonte; PNAD 1999, 2004 e 2009

2.1 Migração interna em Sergipe

O caráter espacialmente concentrado dos investimentos industriais na Região da Grande Aracaju consolidou essa área como principal vetor econômico e de intensos fluxos migratórios. É necessário ressaltar que isto se deu em num contexto marcado pela relativa desconcentração industrial no Centro-Sul do país, principalmente em São Paulo, em que se assistiu ao surgimento de novos espaços econômicos em áreas como o Nordeste (CANO, 1998a, 1998b; PACHECO, 1998), suscitando outros tipos de mobilidade populacional, novas direções e sentidos dos fluxos migratórios, como também o aumento da migração inter-regional e intra-estadual (CUNHA, 2003; CUNHA; BAENINGER, 2005).

Utilizando informações sobre o lugar de residência em uma data-fixa, contida nos dados amostrais dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, e admitindo como equivalente, no Censo de 1980, a informação referente aos migrantes com menos de 5 anos no local de residência⁸, pode-se notar que a RGA não apenas se manteve como a

⁸ Vale aqui fazer uma consideração de natureza metodológica a esse respeito. De acordo com Cunha (2005), a informação sobre o volume de migrantes com menos de 5 anos de residência é geralmente superior àquele que seria captado através da data fixa por dois motivos principais. O primeiro é que a informação de data fixa não contempla etapas migratórias ocorridas entre o levantamento e a data fixada. Em segundo lugar, o volume de migrantes com menos de cinco anos tende a ser maior que aquele captado pelo quesito da data fixa porque envolve as crianças com menos de 5 anos.

principal área de imigrações como também passou a ser origem de mais de quase metade da emigração internas em Sergipe, em 1995-2000.

Cabe observar na Tabela 3 que, de fato, a migração interna em Sergipe se intensificou a partir do final da década de 80. Prova disto é que as trocas migratórias intermunicipais passaram de 65,6 mil para mais de 97 mil pessoas, influenciadas principalmente pela migração intra-regional. Note-se que, entre os municípios do Interior, o volume da migração aumentou de 28,1 mil para 30,8 mil pessoas, mas foi na RGA que migração intra-regional apresentou maior crescimento, passando de 8,5 mil pessoas para 33,9 mil pessoas, entre 1975-80 e 1995-2000.

Tabela 3 - Matriz de fluxos migratórios do Interior e Região da Grande Aracaju, 1975-80, 1986-91 e 1995-2000⁽¹⁾

1980				1991				2000			
Origem	Destino			Origem	Destino			Origem	Destino		
	Interior	RGA	Sergipe		Interior	RGA	Sergipe		Interior	RGA	Sergipe
Interior	28.141	23.040	51.181	Interior	28.016	24.779	52.795	Interior	30.769	20.139	50.908
RGA	5.932	8.515	14.447	RGA	8.021	32.335	40.356	RGA	12.302	33.908	46.210
Sergipe	34.073	31.555	65.628	Sergipe	36.037	57.114	93.151	Sergipe	43.071	54.047	97.118

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 - Tabulações Próprias

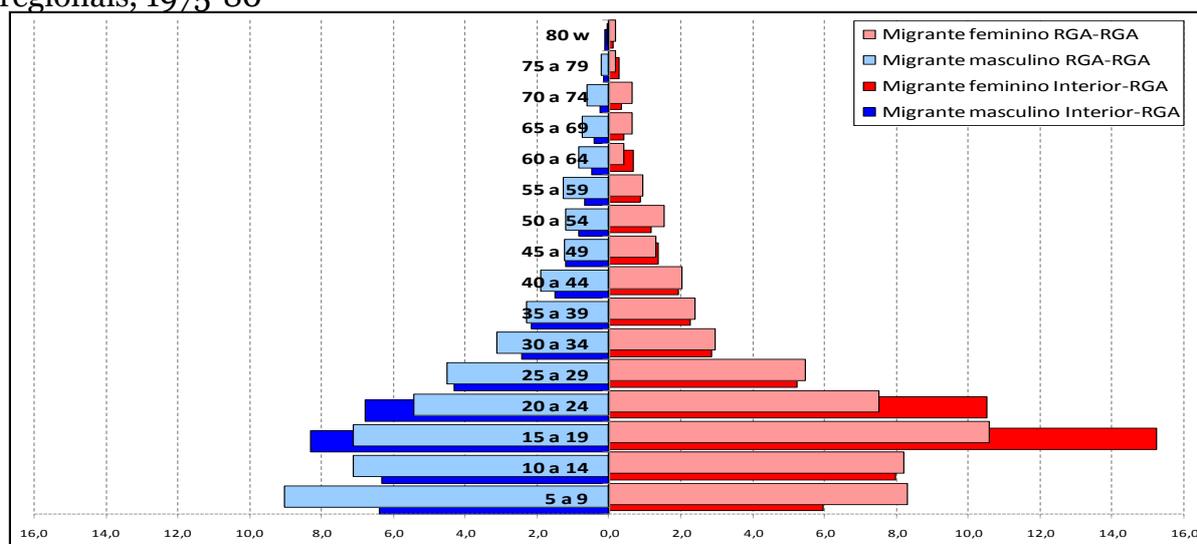
(1) Exclui os migrantes sem local de origem definida

Importa destacar é que a migração inter-regional manteve em 1995-2000, magnitude similar àquela estimada para 1986-91 e 1975-80, ou seja, o Interior continua sendo área de origem de fluxos migratórios para a RGA, envolvendo no período analisado contingente sempre superior a 20 mil migrantes.

O exame comparativo entre as estruturas etárias dos migrantes inter e intra-regionais confirma os argumentos acima. A composição por idade e sexo dos migrantes originados do Interior, em 1975-80, apresenta uma forte participação das idades compreendidas entre 15 a 24 anos, com maior participação da população feminina. Em termos relativos, isto significa que mais de 25% dos migrantes Interior-RGA eram mulheres, entre 15 e 24 anos.

Já a estrutura etária dos migrantes intra-regionais, em 1975-80, sugere apenas que entre as mulheres, de 15 a 19 anos, exista também motivação laboral para migrar.

Figura 1 - Composição por idade e sexo dos migrantes inter-regionais e intra-regionais, 1975-80



Em 1986-91, de acordo com a Figura 2, os fluxos originados do Interior continuam sendo caracterizados pela elevada participação dos jovens, com idade entre 15 e 24 anos, sobretudo mulheres de 15 a 19 anos. Note-se também o aumento relativo dos migrantes masculinos, com idade entre 20 e 24 anos. No que se refere à migração intra-regional, repare que os “alargamentos” e o equilíbrio entre os sexos em grupos etários específicos, acima dos 25 anos e nas idades iniciais, sugerem que esses fluxos sejam formados principalmente por famílias.

No período 1995-2000 a estrutura populacional dos migrantes mantém, em certa medida, a observada no quinquênio anterior. Os fluxos originados do Interior são caracteristicamente jovens, entre 15 e 24 anos e sempre com maior participação das mulheres. Da mesma forma, a migração intra-regional continua caracterizada pela participação de famílias, onde é possível notar o aumento da participação de grupos acima dos 34 anos.

Figura 2 - Composição por idade e sexo dos migrantes inter-regionais e intra-regionais, 1986-91

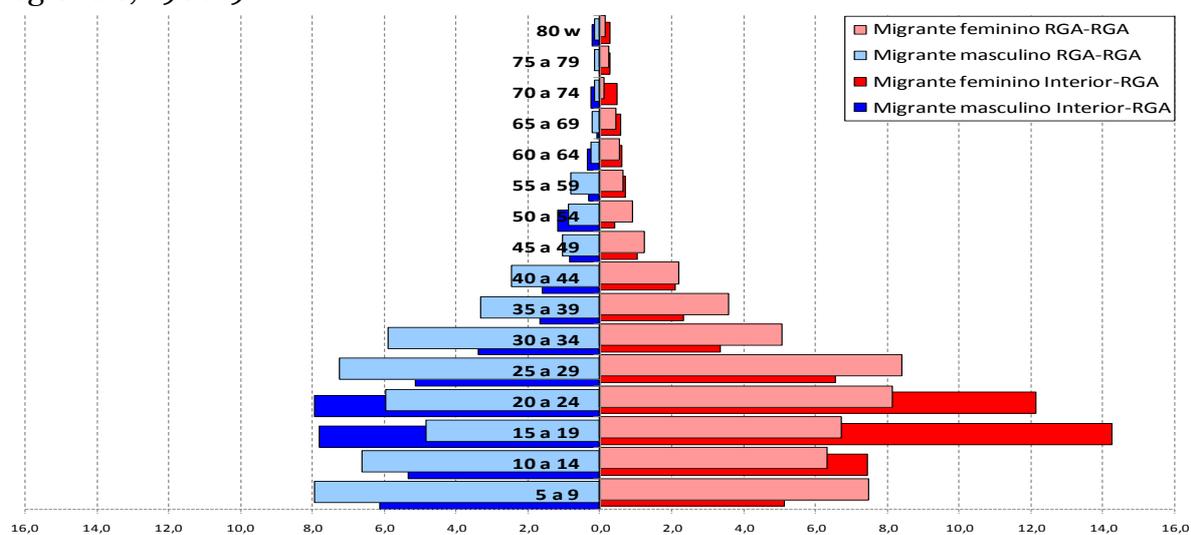
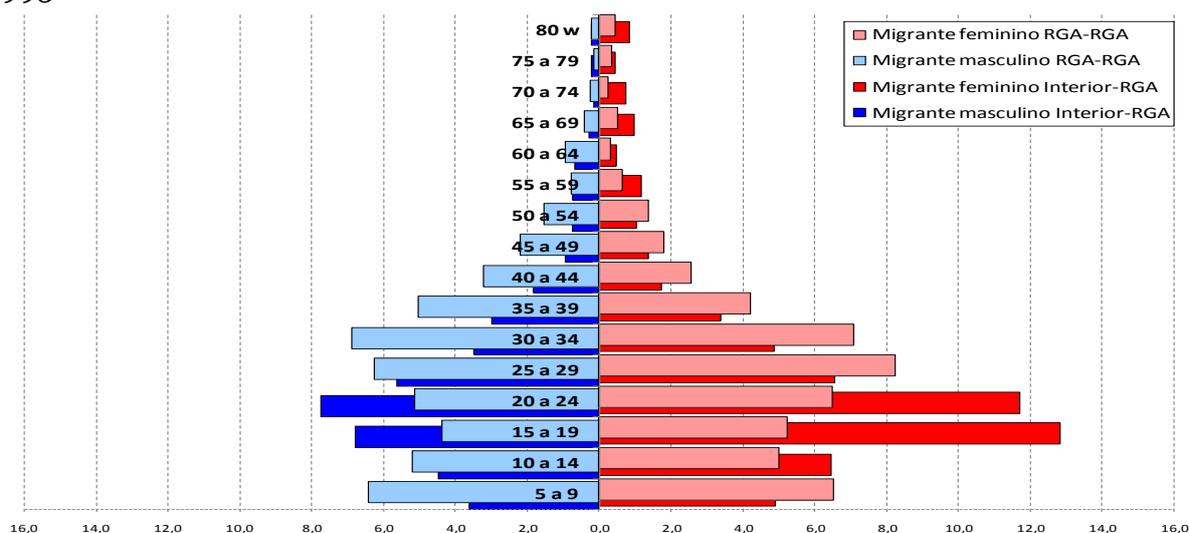


Figura 3: Composição por idade e sexo dos migrantes inter-regionais e intra-regionais - 1995-2000



No que se refere à participação feminina, há que se fazer aqui uma breve referência quanto ao caráter diferencial por sexo na inserção desses migrantes ao mercado de trabalho. Essa população migrante, homens e mulheres originados do interior, são absorvidos principalmente pelo setor de serviços e invariavelmente possui baixa escolaridade ou quase nenhuma habilidade técnica para atuar em um setor extremamente competitivo como esse. Pois bem, os homens, quando encontram alguma ocupação, o fazem em áreas como o setor de transportes, construção civil ou são impelidos para atividades informais. Já a inserção das mulheres é ainda mais precária, dado que sua primeira ocupação quase sempre é no exercício de atividades domésticas ou “trabalhos em casa de família”. A permanência por longo período em atividades dessa natureza, dadas as suas características intrínsecas, acaba reforçando uma espécie de círculo vicioso da imobilidade social e ocupacional por não exigir nem permitir que esse trabalhador desenvolva novas habilidades e, por conseguinte, aumente sua potencialidade de ascensão social.

3 Alguns elementos da migração em Sergipe

Há que se ressaltar, no entanto, a persistência no interior sergipano da frágil estrutura econômica, acesso desigual aos meios de produção, baixo nível educacional, falta de assistência técnica. Decerto, essas características estão presentes em todo Nordeste, mas em Sergipe assume níveis insustentáveis.

A economia sergipana, em que pese à expansão das atividades terciárias nos municípios do interior, tem no setor primário o principal gerador de emprego e renda. Em 1980, o setor terciário absorvia pouco menos de 25% dos ocupados no interior, enquanto que as atividades agrícolas empregavam mais de 63% dos trabalhadores. Em 2000, ambos os setores respondiam, cada um, por cerca de 43% dos ocupados⁹.

⁹ Vale ressaltar que esse comportamento exclusivo em Sergipe, dado que segue o curso mais amplo de mudanças estruturais pelas quais tem passado a economia brasileira, tal como aponta Cardoso Jr. (2001).

3.1 O setor primário

A redução relativa da ocupação no setor primário está relacionada com dois fatores principais. O primeiro diz respeito à posse da terra. O que será constatado a seguir é que a estrutura fundiária sergipana, mantidos os atuais níveis de produtividade, não favorece o aumento do produto, da renda e da ocupação. Os dados dos Censos Agropecuários de 1975 a 2006 evidenciam não apenas a desigualdade da posse, como também a inalterabilidade na distribuição das terras em Sergipe. Note que em todo o período analisado, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários ocupavam entre 10% e 12% das terras, enquanto cerca de 3% detinham cerca de 40% da área em estabelecimentos. Característica marcante é a participação das propriedades com área inferior a 1 hectare¹⁰, representando mais de 30% dos estabelecimentos, mas ocupando apenas 1% da área em propriedades.

Tabela 4 – Participação das propriedades agropecuárias de Sergipe na área total dos estabelecimentos, segundo os grupos de área total - 1975, 1985, 1995 e 2006 (em %)

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos (%)				Área em hectares (%)			
	1975	1985	1995	2006	1975	1985	1995	2006
Menos de 1	34,35	37,74	34,28	32,64	1,11	1,17	1,03	1,06
1 a menos de 2	16,39	14,88	14,95	13,92	1,33	1,29	1,27	0,93
2 a menos de 5	17,51	17,27	17,73	18,27	3,19	3,39	3,40	4,01
5 a menos de 10	10,47	10,03	10,83	12,19	4,24	4,35	4,54	5,84
Menos de 10	78,72	79,93	77,79	77,02	9,87	10,20	10,24	12,25
10 a menos de 100	18,12	16,92	18,31	20,39	31,15	31,40	32,78	38,11
100 a menos de 1.000	3,01	2,85	3,07	2,51	43,03	43,05	45,39	39,33
1.000 a menos de 10.000	0,15	0,13	0,11	0,08	15,28	14,72	10,60	10,31
10.000 e mais	0,00	0,00	0,00	-	0,67	0,63	0,00	-
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total absoluto	101.234	115.069	99.058	98.360	1.809.541	1.918.505	1.702.627	1.480.414

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1975, 1985, 1995-1996 e 2006.

A segunda característica do setor primário sergipano é a predominância das pastagens em detrimento da lavoura. De acordo com a tabela 5, no período entre 1975 e 2006, os pastos ocupavam cerca de 65% das áreas em estabelecimentos, enquanto que as lavouras atingem a maior participação em 2006, com menos de 22% do total da área. Nessas áreas dedicadas ao pasto, a criação de gado leiteiro e de corte, invariavelmente de baixo padrão racial, apresenta-se como principal alternativa econômica pelo fato de o capim não requerer maiores cuidados e investimentos, podendo também suportar com maior sucesso períodos de secas.

¹⁰ Como ilustração, vale pontuar que 1 hectare corresponde aproximadamente à área de 1 campo de futebol ou 1 quarteirão. Sob a influência da pouca produtividade e de intempéries naturais, como a seca, torna-se praticamente inviável realizar, ainda que para fins de subsistência, qualquer tipo de cultivo. Nessas condições, por exemplo, uma propriedade de 1 hectare pode produzir exclusivamente 20 sacos de feijão por ano para serem vendidos a R\$ 150,00 cada, ou seja, R\$ 3.000,00 por ano. Na produção de milho, seriam colhidos 25 sacos, a R\$ 28,00, que renderiam R\$ 700,00, por ano. Se a opção fosse criar gado, 1 hectare comportaria apenas 1 animal, cuja carne renderia R\$ 80,00 por mês. Com o capim, poderiam ser produzidos 60 fardos de 12 kg, cujo preço unitário seria de R\$ 8,00 a cada 60 dias, ou seja, R\$ 48,00 por ano. Admitindo que, de alguma forma, o proprietário conseguisse sincronizar toda essa produção e que não fosse exposto aos riscos de seca e perda na produção, chegaria-se a uma renda anual de R\$ 4.700,00, ou R\$ 392,00 por mês, a preços de agosto de 2008. Este cálculo aproximado pode ser admitido como valor monetário hipotético e máximo a ser auferido por cerca de 30% dos produtores agrícolas sergipanos.

O cultivo de lavouras também apresentou expansão relativa nesses trinta anos considerados, passando de 13,6 % para 21,5% da área em estabelecimentos. No entanto, as culturas temporárias predominam em todo o período, ocupando entre 55% e 65% da área total em estabelecimentos, enquanto que os cultivos permanentes variaram entre 30% e 35%. Vale ressaltar que o caráter temporário das lavouras acaba influenciando na migração por não conseguir reter parte dos trabalhadores.

Tabela 5 - Uso das terras nos estabelecimentos agrícolas de Sergipe em 1975, 1985, 1995-1996, 2006 (%)

Utilização das terras (ha)	% da área em estabelecimentos			
	1975	1985	1995-1996	2006
Lavoura	13,56	18,49	17,94	21,45
Permanente	33,75	30,94	36,90	35,78
Temporária	63,72	57,51	54,37	64,22
Em descanso	2,52	11,56	8,73	-
Pastagens	64,58	66,46	67,77	63,73
Naturais	47,86	46,12	54,12	41,19
Plantadas	52,14	53,88	45,88	58,81
Matas e Florestas	11,13	8,38	9,31	12,36
Terras Produtivas não Utilizadas	8,12	4,37	2,88	-
Outros (Terras inaproveitáveis)	2,61	2,29	2,10	-
Total	100,00	100,00	100,00	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1985, 1995-1996 e 2006.

Os dados indicam, portanto, dois traços marcantes do setor primário sergipano: Estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras e conseqüente atomização das propriedades, e predominância das pastagens em detrimento da lavoura, sendo o principal uso o cultivo temporário¹¹.

A estrutura fundiária descrita constitui o primeiro indicativo da precariedade vivida no meio rural/agrícola. É certo que o emprego de métodos e técnicas com algum grau de aprimoramento viabilizaria que, mesmo em estabelecimentos com pequenas áreas, houvesse produção suficiente para atender às necessidades de subsistência e também para uma eventual comercialização do excedente. No entanto, os dados apresentados a seguir revelam os limites a tal possibilidade.

A utilização da força de tração animal ou mecânica na produção primária significa potencializar o trabalho que, na ausência deste recurso, é executado de forma braçal. Desta forma, a tração animal ou mecânica pode contribuir para a fertilidade do solo na medida em que o revolvimento periódico da terra propicia, dentre outras coisas, o fortalecimento das raízes bem como o enterro das culturas anteriores e de ervas daninhas. Em segundo lugar, a utilização da força animal ou mecânica também acelera os trabalhos de plantio e colheita, o que também contribui positivamente para o aumento da produtividade.

Note-se, no entanto, que apenas 45,7% dos estabelecimentos agropecuários utilizam a força de tração animal ou mecânica. Dentre as classes de área, chama atenção que em 60% das propriedades com menos de 10 hectares essa utilização seja de 40% e que nas propriedades com área entre 10 e menos de 100 hectares, 35% utilizem a força humana em tais atividades.

¹¹ Agrava a situação o fato de que apenas 49% do território sergipano são aptos ao desenvolvimento regular da agricultura, ou seja, 45% são de rochas ou pedras, 3% são de areia e 2% de áreas alagadas (SUDENE, 1984).

Tabela 6 - Utilização de insumos básicos da produção primária segundo classes de área de estabelecimentos (%) - Sergipe, 2006

Classes de área (hectares)	% dos estabelecimentos que						
	Utilizam força de tração animal e/ou mecânica	Utilizam energia elétrica	Recebera orientação técnica	Utilizam fertilizantes	Utilizam irrigação	Realizam algum preparo do solo (a)	Utilizam implementos (b)
Menos de 1	27,5	66,1	4,4	46,5	4,0	31,1	3,7
Menos de 10	40,0	60,9	8,7	46,9	5,2	39,6	6,3
10 a menos de 100	65,0	53,1	18,6	30,8	1,2	56,0	23,5
100 a menos de 1.000	75,2	37,5	18,3	20,9	1,9	31,0	93,5
Acima de 1.000	92,7	84,1	57,3	42,7	-	54,9	-
Produtor sem área	32,0	53,1	7,1	20,4	-	0,0	-
Total	45,7	58,6	10,9	42,5	5,5	41,8	11,9

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

(a) Cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda; cultivo mínimo (gradagem) e plantio direto na

(b) Arados, Grades, roçadeira, semeadores, colheitadeiras, pulverizadores, adubadeiras

É fato que a pouca utilização da força animal ou mecânica deve ser creditada, em parte, ao tamanho dos estabelecimentos. No entanto, não se pode negar que a não utilização desse recurso influencia negativamente na produtividade dessas propriedades.

A energia elétrica é outro elemento importante na qualificação da atividade primária. Chama atenção, nesse sentido, que cerca de 40% das propriedades não sejam atendidas por este serviço básico¹². Dentre as classes de propriedades, observe que 60% daquelas com área inferior a 10 hectares não possuem energia elétrica. Vale acrescentar que geralmente, estabelecimentos com esta dimensão, abrigam não apenas o proprietário, mas também sua família.

A orientação técnica, aqui apresentada como a informação destinada ao aprimoramento das atividades primárias, foi recebida por menos de 11% das propriedades, sendo que entre as classes de áreas, observa-se maior assistência justamente àqueles estabelecimentos de maior extensão: 57% das propriedades com área acima de 1.000 hectares receberam assistência técnica, enquanto que 8,7% das propriedades menores de 10 hectares foram atendidas.

O uso do fertilizante foi informado por 42,5% de todos os estabelecimentos, não obstante a baixa qualidade do solo na área que se afasta do Leste Sergipano. Da mesma forma, dado o clima quente e a carência sazonal de chuvas, seria de esperar o uso sistemático de irrigação. Mas o que se observa é que apenas em 5,5% dos estabelecimentos isto ocorre. Da mesma forma, apenas 41,8% das propriedades preparam o solo e menos de 12% utilizam algum implemento agrícola.

3.2 O setor terciário

Fato relevante foram também mudanças na gestão pública, sobretudo relativas à maior autonomia financeira quanto ao ordenamento das despesas dos Entes Federativos, à base da Constituição Federal de 1988, refletindo tanto no emprego público quanto nas ocupações geradas pelo setor público (AFONSO, 1994; GUIMARÃES NETO, et al., 1999; MARTINS, 2004).

¹² Há de se reconhecer que este resultado geral é influenciado pelo cultivo da cana-de-açúcar, cultura que reconhecidamente não necessita de energia elétrica.

Não surpreende dizer que, dadas as debilidades estruturais das atividades primárias e dada a inexpressividade do setor industrial sergipano, o crescimento das ocupações no setor de comércio e serviços constitui uma via de inserção no mercado de trabalho. No entanto, há dois fatores importantes que merecem ser considerados como influentes nesse processo de terciarização.

O primeiro deles relaciona-se com o efeito das rendas de transferências, originadas da previdência social ou de programas sociais não-contributivos, como impulsionadores da economia local. A esse respeito, vale mencionar Schwarzer; Querino (2002) que, dedicando-se a estudar os efeitos desses benefícios sociais sobre a pobreza rural no Brasil, concluem que os domicílios cobertos pela previdência rural não apenas são menos suscetíveis à pobreza, mas também a renda originada desses benefícios permite que os idosos e deficientes tenham maiores possibilidades de aquisição de medicamentos ou mesmo de acesso a serviços de saúde privados usualmente indisponível na rede pública de muitos municípios de pequeno porte. Esses rendimentos também contribuem na aquisição de bens materiais para uso doméstico e materiais de construção, da mesma forma que a regularidade no recebimento desse benefício gera um tipo de “rede de segurança” contra as intempéries naturais e pode reforçar a atividade agrícola municipal.

Os benefícios da Previdência Social tornam-se ainda mais relevantes em áreas como o Semi-Árido nordestino. Nos 28 municípios sergipanos que compõem esse polígono, o valor pago pela Previdência (R\$ 8,6 bilhões), em 2001, era quase duas vezes ao total de recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios (R\$ 4,9 bilhões), no mesmo ano (BRASIL, 2001).

O processo de descentralização fiscal, impulsionado pela Constituição Federal de 1988, conferiu ampla autonomia financeira aos governos sub-nacionais para coletar, gerir e gastar recursos. A partir de tais mudanças, Estados e Municípios não apenas aumentaram também suas participações na arrecadação total, como também puderam focalizar seus gastos na área social. Prova disto é que entre 1988 e 1991, a despesa com educação e cultura na União caiu de US\$ 8,1 para US\$ 3,9 bilhões; nos Estados, permaneceu em US\$ 7,6 bilhões e nos municípios passou de US\$ 3,2 para US\$ 4,7 bilhões. Na área da saúde, a despesa federal era em 1991 menor em um terço daquela realizada em 1989; enquanto que nos municípios cresceram 70%. Da mesma forma, os programas sociais de habitação e urbanismo apresentaram uma forte expansão nas despesas estaduais e municipais quando comparadas com as federais. A União, por sua vez, concentrou os gastos nas transferências assistenciais (INSS) e encargos da dívida interna e externa (AFONSO, 1994).

Ao analisar a composição das despesas por função¹³ segundo tamanho populacional dos municípios¹⁴, Guimarães Neto; Porsse; Soares (1999) identificam que foram justamente aqueles com população abaixo de 100 mil habitantes e situados em regiões pouco desenvolvidas como o Nordeste que os gastos por função prioritários foram educação, planejamento, saúde e habitação.

Embora os autores acima não tratem especificamente de Sergipe, mas considerando que, dos atuais 75 municípios apenas 2 possuem população acima dos 100 mil habitantes, é factível que aqui também sejam consideráveis os efeitos dos gastos públicos na geração de empregos.

¹³ As principais despesas por função são: legislativa, administração e planejamento, assistência social e previdência, educação e cultura, saúde e saneamento, segurança pública, habitação e urbanismo, transporte e demais despesas.

¹⁴ Pequeno: até 20 mil; Pequeno-Médio: entre 20 mil e 50 mil; Médio: entre 50 mil e 100 mil; Médio-grande: entre 100 mil e 300 mil; Grande: mais d 300 mil habitantes.

3.3 Diferenciais regionais na renda e no trabalho

Para avançar na discussão sobre os possíveis efeitos da migração sobre a pobreza admite-se como *proxies* as informações sobre inserção laboral e renda do trabalho, a partir das quais são comparadas as estimativas para o Interior, RGA e migrantes originados do Interior e enumerados na RGA. Portanto, de acordo com o argumento de Martine, serão considerados apenas aqueles indivíduos que “sobreviveram”, pelo menos até o momento da pesquisa, ao processo migratório¹⁵.

Os resultados contidos na Tabela 7 confirmam o caráter seletivo da migração indicando que, de fato, os migrantes Interior-RGA tendem a possuir melhor nível educacional quando comparados aos não-migrantes do Interior. Basta notar que em todos os períodos quanto maior o nível educacional maior a participação relativa dos migrantes. Veja que, em 1980, que quase 95% da população do Interior possuíam até 4 anos de estudo, mas entre os migrantes essa proporção era de menos 85,6%; já a nas classes de escolaridade seguinte, enquanto 2,7 % da população do Interior possuíam de 5 a 8 anos de estudo, entre os migrantes a participação era de 7%. Em 1991, a migração Interior-RGA envolvendo pessoas com maior nível educacional. Prova disto é que no Interior, enquanto 12% da população possuíam de 5 a 8 anos de estudo, entre os migrantes essa participação era de mais de 24%; no grupo de 9 a 11 anos de estudo, as proporções foram 7,6% e 15,1%, respectivamente. No último período, quase 52% dos migrantes possuíam entre 5 e 11 anos de estudo, enquanto que no Interior, a população não-migrante com esse nível de escolaridade correspondia a 30%.

Tabela 7 - Escolaridade no Interior, Região da Grande Aracaju e dos migrantes Interior-RGA, 1975-80, 1986-91 e 1995-2000⁽¹⁾

Grupos de anos de estudo	Interior			Região da Grande Aracaju			Migrante Interior-RGA		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1975-80	1986-91	1995-2000
Até 4 anos	94,7	79,1	67,9	77,0	45,2	34,4	85,7	56,7	45,0
5 a 8 anos	2,7	12,1	18,2	6,9	22,6	26,4	7,0	24,3	28,7
9 a 11 anos	2,1	7,6	12,3	10,8	22,6	28,2	5,9	15,1	23,0
12 a 16 anos	0,5	1,1	1,5	4,9	9,1	10,1	1,3	3,8	3,1
17 anos em mais	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5	0,8	0,1	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico, 1980, 1991 e 2000

(1) População com idade entre 20 e 60 anos

Mesmo com o crescimento da participação relativa dos migrantes com melhor nível educacional, não é desprezível o fato de que, no período 1995-2000, 45% dos migrantes com idade entre 20 e 60 anos possuísem até 4 anos de estudo. Desta forma, mesmo ficando claro que a migração não seria uma estratégia de fuga da pobreza acessível aos mais pobres, a expressiva participação de pessoas com baixa escolaridade nos fluxos migratórios Interior-RGA parece confirmar o argumento de Delaunay (2006, p. 89), para quem “os movimentos de pessoas sejam talvez, antes de

¹⁵ Para manter a comparabilidade dos dados, foram considerados os indivíduos com idade entre 20 e 60 anos e com renda positiva e definida.

mais nada, estratégias para se beneficiar de oportunidades contextuais mais favoráveis¹⁶”

A concentração da atividade econômica na Região da Grande Aracaju e o marasmo do interior estão no cerne da desigualdade regional em Sergipe. Em geral, um trabalhador ocupado na RGA não apenas recebe, em média, R\$ 350,00 a mais que o trabalhador no Interior, como também está menos sujeito à desocupação. Quando ocupado, ocupado, pode ser absorvido em ramos de atividade que lhe proporcione perspectiva diferente àquela que teria executando tarefas no setor primário do Interior (OLIVEIRA, 2009).

As informações da Tabela 8 permitem dimensionar o “contexto mais favorável” da RGA, portanto influente na migração. Note-se que, nos anos 1980, a pouca diversidade da estrutura produtiva do Interior impõe à maior parte dos trabalhadores (60,7%) menos qualificados (até 4 anos de estudo) atividades agrícolas, ao passo que na RGA, mesmo que influenciado pela menor importância do setor primário, os migrantes portadores desse mesmo nível educacional encontram ocupação em atividades como nas indústrias de transformação (13,4%), de construção civil (18,1%), comércio (11,5%) e demais serviços (31,4%).

É interessante notar também que o serviço público torna-se mais importante absorvedor de mão-de-obra à medida que avança a escolaridade do trabalhador. Assim, em 1980, do total de ocupados no Interior com 5 a 8 anos de escolaridade, 22,7% estavam no serviço público, já no grupo de 9 a 11 anos de estudo a proporção era de quase 42%. Entre os migrantes Interior-RGA, o serviço público apresenta-se como o principal empregador para aquelas pessoas com escolaridade acima de 9 anos de estudo.

Em 1991, o Interior mantém-se fortemente baseado nas atividades primárias, empregado 54% do total de ocupados de baixa escolaridade. Da mesma forma que no período anterior, o serviço público passa a ser o principal empregador para os trabalhadores com escolaridade acima de 5 anos. Ante a essa polarização entre o emprego em atividades agrícolas para os de menor escolaridade, e no serviço público para as demais categorias no Interior, tem-se que na RGA, os migrantes de menor instrução são absorvidos principalmente pelo setor de demais serviços (40,1%), seguido pela indústria da construção civil (16,4%) e comércio (14,7%). Este último ramo de atividade apresenta-se para os migrantes com 5 a 8 anos de escolaridade, em 1986-91, como o segundo maior empregador, absorvendo 26,1% dos trabalhadores, sendo superados apenas pelos demais serviços, que empregou cerca de 38% dos ocupados.

No período seguinte, vale destacar no Interior o aumento da importância de atividades como indústria de transformação e comércio, que chegaram a empregar 8,4% e 10,3% dos trabalhadores com até 4 anos de estudo, respectivamente. Entre aqueles com 5 a 8 anos de estudo, o comércio foi o principal empregador (19,4%) superando inclusive o serviço público e demais serviços. Entre os migrantes enumerados na RGA, o setor de serviços é a principal atividade para aqueles com até 11 anos de estudo, enquanto que o serviço público emprega aqueles migrantes com 12 anos ou mais de escolaridade.

¹⁶ “Los movimientos de personas son quizás, antes que nada, estrategias para acercarse a oportunidades contextuales más favorables” (DELAUNAY, 2006, p. 89).

Tabela 8 – Distribuição dos ocupados segundo ramos de atividade por nível de escolaridade no interior e dos migrantes interior – RGA, 1975-80

1975-1980												
Ramos de atividade	Escolaridade dos ocupados no Interior						Escolaridade do migrante Interior- Região da					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	60,7	12,0	3,8	2,6	0,0	57,0	6,8	0,0	1,0	0,0	0,0	5,8
Indústria extrativa	0,4	0,2	0,6	0,3	0,0	0,4	0,9	1,0	4,7	0,0	0,0	1,2
Indústria de Transformação	6,5	11,2	6,5	2,5	0,0	6,6	13,4	20,2	13,0	0,0	0,0	13,6
Indústria da Construção	6,8	7,5	1,7	0,4	5,3	6,6	18,1	10,3	2,5	4,1	0,0	16,2
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,3	1,6	1,4	0,9	0,0	0,4	1,3	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2
Comércio	6,6	14,3	10,5	4,0	0,0	6,9	11,5	12,7	14,5	0,0	0,0	11,6
Transporte	3,7	9,8	2,3	0,9	0,0	3,8	6,4	9,6	3,0	5,1	0,0	6,3
Serviço Público	4,9	22,7	41,9	63,6	69,5	7,1	10,1	6,0	27,7	57,1	100,0	12,0
Demais Serviços	10,1	20,8	31,3	24,8	25,3	11,2	31,4	40,1	32,4	33,7	0,0	32,1
1991-1986												
Ramos de atividade	Escolaridade dos ocupados no Interior						Escolaridade do migrante Interior- Região da					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	54,0	18,3	5,2	4,6	10,9	44,3	11,0	1,8	3,1	0,0	0,0	7,0
Indústria extrativa	1,0	1,2	0,9	0,1	0,0	1,0	1,0	0,0	0,7	2,6	0,0	0,8
Indústria de Transformação	5,9	10,0	6,2	4,5	0,0	6,4	7,6	13,2	7,6	2,6	0,0	8,6
Indústria da Construção	7,5	7,4	1,7	0,7	0,0	6,9	16,4	5,9	2,5	0,0	0,0	10,8
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,3	1,1	1,4	0,9	0,0	0,5	0,6	0,0	1,4	0,0	0,0	0,6
Comércio	7,4	15,6	14,4	6,8	0,0	9,0	14,7	26,1	31,5	13,8	0,0	20,0
Transporte	3,7	6,0	2,1	1,0	0,0	3,8	3,7	9,7	2,9	0,0	0,0	4,7
Serviço Público	7,4	18,4	45,2	55,0	82,6	13,1	4,8	5,2	18,8	54,3	45,8	10,0
Demais Serviços	12,9	21,9	23,0	26,4	6,5	15,1	40,1	38,1	31,5	26,8	54,2	37,5
1995-2000												
Ramos de atividade	Escolaridade dos ocupados no Interior						Escolaridade do migrante Interior- Região da					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	52,1	20,0	6,9	3,2	2,7	39,1	11,1	4,3	1,9	0,0	0,0	6,6
Indústria extrativa	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	-	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	8,4	12,2	7,1	3,4	2,7	8,8	9,9	13,4	6,2	1,8	0,0	9,7
Indústria da Construção	6,3	6,4	1,9	1,3	0,0	5,6	14,0	9,4	2,2	0,0	0,0	9,4
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,2	0,6	1,2	0,6	1,1	0,5	0,9	0,6	0,8	0,0	0,0	0,8
Comércio	10,3	19,4	19,7	5,5	8,2	13,1	19,6	22,1	19,2	13,5	0,0	19,9
Transporte	4,4	7,1	3,9	1,5	0,0	4,8	1,1	5,4	8,5	0,0	0,0	4,0
Serviço Público	6,3	15,4	39,5	63,8	49,2	13,8	4,4	6,4	20,9	60,8	51,9	11,0
Demais Serviços	11,6	18,7	19,5	20,7	36,0	14,2	38,9	38,5	40,1	23,9	48,1	38,6

Fonte: Censo Demográfico, 1980, 1991 e 2000
(1) População com idade entre 20 e 60 anos

Mesmo com o aumento de algumas outras atividades econômicas, é fato que o emprego no interior baseia-se em atividades agrícolas, sendo que a expansão do comércio está também ligada à produção primária. Entretanto, o atraso tecnológico que caracteriza a produção agrícola do interior sergipano contrasta com os avanços na escolaridade do trabalhador que, entre 1980 e 2000, passou de 1,2 ano para 4,1 anos. Desta forma, a perspectiva de inserção laboral em atividades com maiores possibilidades de ascensão podem também influenciar na decisão de migrar do Interior para a RGA, ainda que a entrada se dê via mercado de trabalho informal.

Além da possibilidade de exercer tarefas de maior qualificação, os diferenciais de renda em favor da RGA poderiam ser outro impulsionador da migração ou, nos temos acima, de elementos contextuais favoráveis. Talvez pelo fato de se utilizar a

informação de migrante em uma data fixa, portanto, com 5 anos no local de enumeração, as estimativas contidas na Tabela 9 não permitem confirmar a validade desse argumento.

Observe-se que, em 1980, os diferenciais de renda entre os não-migrantes do Interior e aqueles enumerados na RGA só são favoráveis a estes últimos quando a escolaridade é de até 4 anos. Dentre os ramos de atividade que devem ser elencados como responsáveis por essa diferença estão as atividades agropecuárias, de transportes e serviço público. Para os grupos de escolaridade de entre 5 e 11 anos de estudo, os trabalhadores do Interior auferem rendas mais elevadas que os migrantes na RGA, resultado do desempenho no Interior de atividades como comércio, transporte e indústria de transformação.

Tabela 9 – Renda do trabalho principal segundo ramos de atividade por nível de escolaridade no Interior e dos migrantes Interior-RGA, 1975-80, 1986-91 e 1995-2000 (em R\$ de janeiro/2002)⁽¹⁾

1975-1980												
Ramos de atividade	Renda por escolaridade no Interior						Renda por escolaridade do migrante Interior- Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	251,89	686,60	1.788,41	1.853,14	-	258,29	662,76	-	2.202,71	-	-	681,26
Indústria extrativa	441,17	736,34	1.989,25	1.573,37	-	526,03	548,07	472,01	1.589,93	-	-	838,98
Indústria de Transformação	339,42	478,34	1.644,44	2.326,42	-	391,31	340,25	430,97	1.003,88	-	-	394,20
Indústria da Construção	372,29	557,63	986,48	2.706,19	944,02	384,71	380,58	369,53	449,71	8.181,50	-	414,40
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Ág	499,36	493,75	986,61	2.729,10	-	602,82	730,41	-	944,02	-	-	745,89
Comércio	638,50	832,09	1.520,27	1.385,92	-	694,26	491,70	382,24	932,45	-	-	521,47
Transporte	670,11	786,90	1.078,93	858,20	-	686,41	966,95	597,18	776,19	1.447,50	-	926,63
Serviço Público	269,57	317,88	551,12	765,45	2.961,27	381,22	425,51	461,22	528,22	1.570,03	2.360,05	569,65
Demais Serviços	254,27	479,20	982,28	1.484,04	3.380,11	356,32	257,16	303,36	920,42	1.591,27	-	332,14
Group Total	309,33	554,44	939,96	1.065,17	2.960,91	343,85	416,66	385,38	853,17	1.840,78	2.360,05	473,28
1991-1986												
Ramos de atividade	Renda por escolaridade no Interior						Renda por escolaridade do migrante Interior- Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	167,07	238,58	579,31	909,20	2.689,53	176,81	140,22	126,94	191,11	-	-	143,13
Indústria extrativa	236,75	377,77	615,57	2.528,15	-	292,73	524,02	-	1.075,81	1.559,93	-	785,30
Indústria de Transformação	260,72	395,27	412,07	1.167,24	-	310,40	180,33	240,60	335,46	607,83	-	231,41
Indústria da Construção	260,34	292,88	452,65	341,54	-	269,13	237,29	310,66	285,87	-	-	248,33
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Ág	371,47	308,96	792,76	496,67	-	459,17	314,74	-	370,51	-	-	337,48
Comércio	387,96	385,96	576,09	729,98	-	419,91	335,86	327,63	481,02	1.184,68	-	403,06
Transporte	413,77	541,94	512,48	1.420,30	-	448,14	448,44	356,90	409,18	-	-	401,37
Serviço Público	152,68	194,49	306,32	591,31	1.366,29	244,14	202,65	292,39	343,95	725,46	1.613,72	433,97
Demais Serviços	210,17	307,01	529,90	1.027,59	2.807,33	296,24	168,62	199,99	733,23	694,26	4.841,15	295,07
Group Total	210,78	308,91	433,31	764,77	1.609,67	253,28	218,86	263,96	510,46	799,16	3.334,92	318,81
1995-2000												
Ramos de atividade	Renda por escolaridade no Interior						Renda por escolaridade do migrante Interior- Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvic. e pesca	107,0	174,9	353,3	826,5	1794,7	120,7	142,3	206,2	220,7	-	-	159,4
Indústria extrativa	189,5	507,4	651,5	-	-	278,4	-	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	191,7	268,1	426,2	1611,6	1273,9	248,8	235,1	244,6	572,3	332,3	-	289,3
Indústria da Construção	245,0	302,9	481,3	949,0	-	271,5	306,5	353,8	191,3	-	-	313,5
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Ág	457,2	448,9	618,6	2273,5	4431,1	577,8	418,1	531,7	1063,5	-	-	610,3
Comércio	282,1	350,7	521,4	1236,5	844,0	359,4	257,8	545,2	415,8	546,3	-	390,5
Transporte	371,4	460,3	612,4	686,9	-	424,6	413,5	933,3	421,3	-	-	614,7
Serviço Público	212,3	259,8	364,5	670,7	2531,8	337,7	246,5	463,0	501,7	1384,6	886,2	633,1
Demais Serviços	170,5	230,7	468,1	1098,1	2845,8	279,1	217,4	226,8	499,6	1727,2	6646,6	356,2
Group Total	167,7	274,7	434,7	840,9	2470,5	241,0	236,5	365,2	474,3	1331,7	3647,7	382,2

Fonte: Censo Demográfico, 1980, 1991 e 2000

(1) População com idade entre 20 e 60 anos

Considerações Finais

A dinâmica migratória sergipana das últimas décadas desenvolve-se sob os mesmos elementos estruturais que ambientaram a migração destinada principalmente ao Sudeste: concentração de terra, cultivo de pasto em detrimento da lavoura, baixo ou nulo acesso a orientação técnica, carência de irrigação, energia elétrica e crédito.

Nessa condição, a produtividade e a renda originada do setor primário, este que ocupava 40% dos trabalhadores do interior sergipano, em 200, aparentam ser insuficientes para garantir fôlego à recente melhoria de alguns indicadores sociais, principalmente na pobreza.

No mercado de trabalho, a diferença tanto no nível de rendimento do ocupado quanto na possibilidade de inserção em atividades mais dinâmicas, torna a migração o principal caminho àqueles que potencialmente migrariam para o Centro-Sul brasileiro, mas que também premidos pelas condições em intensa degradação no local de destino, optam pela Região da Grande Aracaju. Em geral, um trabalhador ocupado na RGA recebe cerca de R\$ 350,00 a mais que um trabalhador ocupado no mesmo setor e com características similares. Além disso, há também o contexto mais favorável na RGA, comparativamente ao do interior, na medida em que o trabalhador pode se inserir no setor terciário e, por tanto, desenvolver outras habilidades que não apenas aquelas relacionadas com a agricultura e a pecuária.

Às vésperas da divulgação dos resultados do Censo 2010, um tema central deve ocupar o debate dentre aqueles que se ocupam da pesquisa sobre o desenvolvimento nordestino. Pelas evidências aqui tratadas, pode-se questionar sobre o qual o horizonte de redução da pobreza no interior sergipano sem que os problemas acima apontados sejam combatidos.

Outra reflexão possível diz respeito ao ritmo de crescimento da RGA, onde cresce a violência e o desordenamento na ocupação urbana agride fatalmente o meio ambiente. Nesse sentido, questiona-se se os avanços recentes em alguns indicadores não serão mitigados pelo crescente grau de desigualdade regional e social.

Referências

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Descentralização fiscal: revendo idéias.** 1994. Disponível em <www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0000292.pdf> Acesso em: 26 set. 2008.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do Século 20. **São Paulo em perspectiva.** v. 19, n. 3, p. 84-96. jul./set. 2005

BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo Alexandrino; SOUZA, Renata G. Vieira de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu, 2004

CAMARANO, Ana A. et al. Análise demográfica da região Nordeste. In. PACHECO, C. A.; PATARRA, N. **Dinâmica demográfica regional e novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2000, p.153-205.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 4^a Ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998a

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil.** 2^a Ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998b

CARDOSO Jr. José Celso. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil.** Brasília: IPEA, 2001 (Texto para discussão n. 814).

CARVALHO FILHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90.** Campinas: Unicamp, 2002. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.** Brasília: IPEA, 2004 (Texto para discussão, n. 1039).

CUNHA. José Marcos Pinto da. **Redistribuição Espacial da População: tendências e a trajetória. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação Seade (SP), 2003, v.17, n. 3-4, p. 218-233.

_____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos CRH.** Salvador: UFBA, v.18 n. 43, jan./abr. 2005.

_____. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo, v. 23, n.1, p. 87-107, jan/jun 2006.

DELAUNAY, Daniel. **Relaciones entre pobreza, migración y movilidad: dimensiones territorial y contextual.** Santiago do Chile: Celade/Cepal, 2006 (Notas de Población, n. 84). Disponível em http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/30198/lcg_2344-P_3.pdf; Acesso em: 25 jun. 2008.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; PORSSE, Alexandre Alves; SOARES, Melody de Campos. Descentralização e finanças municipais no Brasil: uma análise regional da gestão dos recursos. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 30. Número Especial, 1999. Disponível-em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren1999_v30_ne_a16.pdf>. Acesso em: 26 set. 2008

HALKKERT, Ralph; MARTINE, George. **Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004.** Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: < www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

HERRÁN, Carlos. **Reducing poverty and inequality in Brazil.** D. C.: Inter-American Development Bank, April 2005.

IPEA. **Nota técnica: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006

IBGE. **Contas Regionais do Brasil 1985 – 1997**. n. 3. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Censo Agropecuário 1975-1996**. n 14. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censo Demográfico**. (Microdados da amostra). Rio de Janeiro, 1980, 1991 e 2000.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Microdados). Rio de Janeiro, 1985 - 2005.

IPEA. **Nota técnica: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006

MARTINE, George; CARVALHO, José Alberto M. de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. **Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Texto para discussão, n. 345).

MARTINS, André Luiz de Miranda. **Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990**. Campinas: Unicamp, 2004. Tese (doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Kleber. F de. **Demografia da Pobreza em Sergipe: Migração, Renda e Características Municipais a partir dos Anos 80**. Campinas (SP): UNICAMP, 2009. Tese de Doutorado em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Demografia, 2009.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide, A. Desenvolvimento regional, dinâmica econômica e população. In. _____; PATARRA, N. **Dinâmica demográfica regional e novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2000, p.45-59.

_____. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 1998.

POCHMANN, Marcio. **Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Nordeste: a década de noventa vista de perto Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan-mar. 2003a

_____. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003b.

SCHWARZER, Helmuth; QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivo da seguridade social brasileira**. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para discussão n. 929).

SUDENE. **Ação Fundiária – Sergipe Projeto Nordeste**, SEPLAN. 1984.